

ESTUDO DA REFERENCIAÇÃO EM TEXTOS ESCOLARES

Jeane Andrade Gomes¹

Ariane Meneses Ribeiro²

Denise Porto Cardoso³

Resumo: As nominalizações e pronominalizações anafóricas são fortes aliados da progressão textual. O uso das anáforas garante a textualidade. O Projeto “Relações anafóricas em textos escolares”, procura identificar as estratégias de progressão referencial nos textos produzidos ao longo do processo de escolarização. Para essa análise, foram coletados textos de alunos de escolas públicas da cidade de Aracaju, do quinto e nono anos do Ensino Fundamental, e terceiro ano do Ensino Médio. Neles, foi possível identificar uma quantidade considerável de termos com repetições desnecessárias, características próprias da língua falada.

Palavras chaves: Referenciação. Repetição desnecessária. Anáforas.

Abstract: The anaphoric nominalization and pronominalization are strong allies of textual progression. The use of anaphora guarantees textuality. The “Anaphoric Relations in school texts” Project tries to identify the referential progression strategies in the texts produced throughout the schooling process. For this analysis, it was collected a number of texts from students from Public Schools in the city of Aracaju, between the fifth and ninth year of the Junior High School and senior year of High School. In these texts was possible to identify a considerably high quantity of unnecessary repeated terms, typical characteristic of spoken language.

Keywords: Referencialization. Unnecessary Repetition. Anaphora.

1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre a importância da produção de texto no ensino fundamental e médio, todavia, por mais que essa problemática venha sendo amplamente discutida entre os pesquisadores e os profissionais do ensino, muitas são as falhas que perduram em relação à ineficácia das metodologias de ensino.

Objetivamos neste trabalho apresentar uma proposta pedagógica de abordagem da referenciação discursiva, analisando as estratégias de progressão referencial nos textos produzidos por alunos de escolas públicas dos níveis fundamental e médio. Além disso, observaremos como as diferentes formas de construção da progressão

¹ Estudante do 5º período do curso de Letras Português-Inglês. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: jeane.andrade1@gmail.com

² Estudante do 7º período do curso de Letras Português. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: ariane-rib@hotmail.com

³ Doutora em Letras. Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: denipoc@uol.com.br

referencial estão presentes em textos produzidos ao longo do processo de escolarização.

A referenciação abrange um campo importante de estudos da linguística textual e da análise do discurso, na medida em que se trata de um mecanismo diretamente relacionado ao processo de produção e compreensão de textos. Representa, tanto na fala como na escrita, um aspecto central na construção da ideia, da imagem e do argumento. De modo particular, este trabalho investiga como se dá o processo de referenciação com as anáforas nominais e pronominais, colocando em pauta em que proporção os referentes são explícitos e progressivos nas diferentes séries de ensino.

2 REFERENCIAÇÃO

A questão sobre como a língua refere o mundo tem sido colocada há bastante tempo e por diversas teorias. De maneira geral, contudo, as diferentes descrições ou explicações estão pautadas em uma visão da língua como representação direta do mundo. Entretanto as ciências cognitivas reatualizaram essa questão, considerando que as entidades representadas nos textos não correspondem diretamente a objetos, mas constituem objetos de discurso. É uma busca para compreender “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 20). A partir dessa perspectiva, fala-se em progressão referencial ou referenciação.

A partir da década de 80, a Linguística Textual passou a se preocupar com as operações cognitivas de processamento textual, onde interlocutores trazem os seus conhecimentos de mundo para produção e compreensão de textos. Segundo Koch (2008, p. 29):

Todo processo de compreensão pressupõe, portanto, atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção – e não apenas de reconstrução [...] Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor, com base em seus conhecimentos prévios e nos elementos da própria situação enunciativa.

A referenciação constitui uma atividade discursiva, pois à medida que o discurso se desenvolve, a referência é efetuada por sujeitos sociais e históricos em interação. Nela “a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma

como nomeamos o mundo, mas acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele” (KOCH, 2002). A referenciação efetiva-se quando utilizamos um termo para representar algo a partir da interação com o contexto físico, social e cultural: os referentes são vistos como objetos-de-discurso e (re) constroem-se no próprio processo de interação.

São estratégias de referenciação:

- a) Construção/ativação: um objeto-de-discurso que até então não foi mencionado é introduzido no texto, ficando no foco do modelo textual.
- b) Reconstrução/ reativação: um objeto-de-discurso já presente no texto é ativado por meio de uma expressão referencial, ficando, ainda assim, no foco do modelo referencial.
- c) Desfocalização/desativação: algo de novo é introduzido no texto, passando a ocupar a posição focal.

Os elementos de referência de um texto são aqueles que não podem ser interpretados por si mesmos, mas dependem de outros termos para serem interpretados. Nesse sentido, são elementos de coesão textual, isto é, estabelecem relações de sentido e pertencem ao “conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos” (KOCH, 2001, p. 17). Por sua vez, a noção correlata de “coerência” deve ser “entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto” (KOCH e TRAVAGLIA, 2001, p. 21).

Partindo da concepção de que a língua não apresenta uma relação direta com objetos do mundo e que estes são criados pelo discurso, a partir da maneira como o sujeito lhes apreende e categoriza, Koch (2004, p. 58) adota as postulações de Aphothélos e Richler-Berguelin acerca da referência. São elas:

- a) a referência diz respeito, sobretudo a operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve;
- b) o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo em que é tributário dessa construção;
- c) eventuais modificações sejam elas físicas ou de qualquer outro tipo sofridas “mundanamente” ou mesmo predicativamente por um referente não acarretam

necessariamente no discurso uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro.

Dentre os processos de introdução de referentes textuais, a ativação pode ser “ancorada” ou “não ancorada”. A “não ancorada” acontece quando um objeto novo é introduzido no texto e a “ancorada” acontece quando um objeto novo é introduzido no texto, mas que já possui alguma ligação com os elementos presentes no cotexto ou no contexto sócio-cognitivo.

A visão discursiva sobre a referenciação amplia os horizontes desse processo: no conceito tradicional sobre a referência, o limite para as ancoragens era o texto; mas, nessa nova perspectiva, o limite é a memória discursiva. Isso significa que as categorias se constituem a partir do acúmulo de informações sobre um mesmo assunto, a ponto de caracterizar a prototipicidade, esteja à ancoragem dentro ou além do texto.

As anáforas textuais atuam num processo de retomada de um determinado termo ou expressão introduzido anteriormente no conteúdo. Ela é um importante fator estratégico na construção textual. Está dividida entre nominais e pronominais.

2.1 ANÁFORAS NOMINAIS

Diante dos muitos processos que a referenciação abrange, trataremos agora das anáforas e, entre essas, destacaremos as anáforas nominais, uma vez que representam a utilização de termos que fazem remissão a elementos já introduzidos no cotexto e que podem ser desativados, modificados e reativados, à medida que o discurso se desenvolve. Caracteriza-se, essencialmente, pela função de guiar a interpretação de determinadas sentenças que dependem da existência de outras.

O emprego de expressões nominais anafóricas opera da forma com que o enunciador quer dizer algo. Desta forma, o autor passa para um estágio seguinte de sua argumentação através de um encapsulamento de forma nominal. Assim, as expressões referenciais têm a função de retroação e progressão, pois introduzem mudanças ou desvios de tópicos no texto.

Marcuschi (2005) postula que a anáfora envolve continuidade (retomada) pelo menos parcial de referentes. O autor destaca que é obrigatória a relação entre a anáfora e um antecedente textual, por outro lado, não supõe como condição necessária a retomada correferencial para o processo referencial, sustentando, assim, que anáfora e

correferência não são noções equivalentes. Já Koch (2008, p. 37) define as expressões anafóricas da seguinte maneira: “Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos pressupostos como partilhados com o (os) interlocutor (es) (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar.”

Podem ocorrer dois tipos de anáforas: anáfora fiel e anáfora infiel. A anáfora infiel acontece quando o nome que retoma o referente introduzido anteriormente no texto é o mesmo através do qual foi introduzido. Já anáfora infiel acontece quando o nome que retoma o referente introduzido difere daquele através do qual foi introduzido.

Ainda sobre a conceituação de anáfora, mencionaremos uma discussão muito presente entre os estudiosos que tratam o assunto, é a que distingue anáfora e dêixis. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004), a referência anafórica opõe-se à referência dêitica, pois esta se caracteriza pelo fato de seu referente só poder ser identificado por meio da própria enunciação. Se o referente encontra-se no texto, a relação é anafórica, mas se o referente encontra-se na situação de comunicação, a relação é dêitica.

Essa oposição pode fundamentar-se, ainda, na relação dado/novo: quando há remissão a um referente presumivelmente já conhecido do interlocutor ou inferível por ele, ocorre anáfora; quando há a introdução de um referente novo, ainda não demonstrado, há dêixis.

Depois dessa apresentação geral das definições de anáfora, segundo diferentes autores, exporemos a seguir uma classificação para as anáforas nominais, que são divididas em dois grandes grupos: anáforas correferenciais e anáforas não-correferenciais. As anáforas correferenciais são aquelas em que o núcleo pode consistir na repetição (total ou parcial) do antecedente, podendo aparecer sem recategorização da seguinte maneira:

- Por repetição total ou parcial - o núcleo da forma nominal repete, na íntegra ou parcialmente, o núcleo do antecedente que está sendo retomado;

- Por sinonímia ou parassinonímia (quase sinônimo) - a seleção lexical de um sinônimo para funcionar como anafórico é, frequentemente, determinada pelo gênero textual, pelo contexto ou ainda pela variedade de língua utilizada, podendo constituir uma opção estilística do produtor.

2.2 ANÁFORAS PRONOMINAIS

As anáforas pronominais são definidas como termos que fazem referência sem que haja neles nomeação ou denominação, são chamados pronominais.

O pronome é um recurso muito útil para o processo anafórico. Esse tipo de referenciador possibilita que não aconteça a repetição desnecessária dos nomes, mantendo, desse modo, a coesão do texto.

Existem, segundo critérios utilizados pela pesquisa, através dos estudos feitos, três tipos pronominais anafóricos, são eles:

a) Anáforas pronominais com manutenção referencial – se refere completamente ao referente. Isso significa dizer que ele não trará nenhuma informação nova, nem se referirá parcialmente. Ao identificar a anáfora pronominal desse tipo, encontraremos a menção exata do referente;

b) Anáforas pronominais com recategorização – informações são somadas ao referente, quando apresentado de antemão, seja por inferência ou explicitamente. O ponto de partida (referente) faz parte de uma determinada categoria, que passa a fazer parte de outra, quando retomada. Diana Tavares (2001) afirma que esse tipo referencial relaciona aspectos semânticos ou cognitivos, baseados em inferências “*fundadas em índices lexicais contextualizados*”;

c) Anáforas pronominais associativas – são consideradas anáforas indiretas. Caracterizam-se por representar uma entidade nova para o discurso, sem que haja a retomada de um referente introduzido previamente, mesmo se remetendo a um elemento-fonte no contexto.

2.3 REPETIÇÕES DESNECESSÁRIAS

O estudo sobre referência abre espaço para novas concepções em relação à repetição que, por sua vez, assume outro contexto. Nesse aspecto, será possível encontrar uma perspectiva mais abrangente, o que permitirá enxergar esse seguimento de uma forma positiva, no que cerne a sua função no texto escrito. Essas abordagens, porém, não eliminam o posicionamento referente aos excessos na utilização das repetições, no tocante ao uso desnecessário dessas estratégias textuais.

Segundo Marcuschi (2002), a repetição “é a produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento

comunicativo” (p.107). Ele traz o termo *idêntico* como a repetição em que não há variação do segmento em relação à primeira entrada; é o que ele vai chamar de “repetição exata”. No texto escrito, o aparecimento excessivo desse tipo de repetição é considerado desnecessário, pois pode comprometer a coesão textual.

O autor observa, ainda, que para o âmbito da fala e da escrita existem funções assumidas por esse recurso textual:

No plano da textualização, a repetição atua com as funções básicas de: *coesividade* (sequenciação, referenciação, correção, expansão, parentização, esquadramento). No plano discursivo, a repetição tem um número mais expressivo de funções e colabora para: *compreensão* (intensificação, esclarecimento); *continuidade tópica* (amarração, introdução, reintrodução, delimitação); *argumentatividade* (reafirmação, contraste, contestação); *interatividade* (monitoração da tomada de turno, ratificação do papel de ouvinte, incorporação). (MARCUSCHI, 2002, p.117).

As repetições, desse modo, apresentam carga expressiva de funcionabilidade no plano discursivo. Assim, o que será considerado desnecessário no texto escrito, terá outra perspectiva na oralidade, já que existe, no processo da escrita, a possibilidade de revisão e editoração, onde todos os excessos são retirados e, para o leitor, restará apenas o resultado final. Na fala, todavia, o que foi dito não poderá ser apagado; sendo apresentado, desse modo, o “processo de edição” (MARCUSCHI, 2002, p. 105).

As anáforas referenciais entram na elaboração textual escrita, e mesmo falada, como aparatos estratégicos que impedem a falta de coesividade e, desse modo, também favorecem a coerência na apresentação do conteúdo. Elas permitem tanto a não repetição dos termos, quanto o estabelecimento de novas abordagens a respeito do assunto. É um jogo com as palavras, onde o autor consegue ganhar ao trabalhar bem com as peças que, por sua vez, podem se encaixar em vários lugares, mas que possuem localizações mais adequadas, que facilitam o jogador de alcançar seu objetivo que é ser compreendido sem precisar ser repetitivo.

3 METODOLOGIA

Partimos da hipótese de que deve haver, nas séries iniciais do nível fundamental, o emprego, na modalidade escrita, de formas de construção da progressão referencial, características da oralidade, que seriam progressivamente

substituídas, ao longo do processo de escolarização, por outras usadas preferencialmente na escrita.

Para a análise dos elementos anafóricos, foram coletados textos de alunos de escolas públicas da cidade de Aracaju, do quinto e nono anos do Ensino Fundamental, e terceiro ano do Ensino Médio. Os textos foram produzidos em atividades conduzidas pelos professores regentes das classes, sem interferência dos pesquisadores, seja na sugestão de temas, ou na condução da atividade de produção textual. Os diretores das escolas procuradas, localizadas na capital sergipana, colaboraram de maneira satisfatória com o processo. A pesquisa se dividiu em duas etapas:

1ª etapa: dez textos foram selecionados de cada ano letivo de uma determinada escola, gerando um total de trinta textos;

2ª etapa: outros dez textos foram selecionados de cada ano letivo pesquisado, sendo que, agora, de uma escola diferente da primeira fase, gerando mais trinta textos. Isso acumulou um total de sessenta textos trabalhados.

Um dos critérios para seleção das escolas foi a localização delas. Assim, uma das escolas escolhidas está localizada no centro da cidade, enquanto a outra em um dos bairros mais periféricos. Isso possibilitou um olhar mais abrangente sobre a realidade da situação dos alunos da rede pública de ensino.

Os textos foram digitados e analisados com base no estudo das estratégias de progressão referencial e nas suas relações anafóricas. O conjunto de textos coletado será então representativo de um mesmo gênero textual, seguindo autores como Bakhtin (2000), Brandão (2000) e Marcuschi (2005), que tomam como critério nuclear para a identificação dos gêneros sua utilização em esferas definidas da atividade humana. Assumimos que o conjunto de textos a ser analisado pertence ao gênero texto escolar, por se tratar de produções escritas elaboradas no interior da instituição escolar. A principal função comunicativa dessas produções seria mostrar ao professor/leitor que o aluno/autor tem domínio da modalidade escrita.

4 ANÁLISE DOS TEXTOS

Como pode ser visto nos quadros 1-5 abaixo, os alunos apresentaram a utilização das anáforas, tanto nominais, quanto pronominais, nos seus diversos tipos,

porém é notável a presença de repetições desnecessárias. Isso deixa o texto sem desenvolvimento pertinente. Os exemplos citados⁴ a seguir demonstram alguns aspectos encontrados na pesquisa em cada nível escolar.

Quadro 1: Texto de aluno do 5º ano do Ensino Fundamental Anáforas nominais (em negrito) e anáforas pronominais (sublinhadas).

Vote Certo!!!
Bom apesar de que ainda eu não vote, <u>eu</u> (repetição desnecessária do pronome pessoal) vou falar um pouco sobre as eleições e do que eu acho sobre <u>isso</u> (cresceu com a utilização do pronome “isso”, no sentido referencial). Eu acho isso uma coisa (uso do substantivo coisa como uma generalização) muito importante, porque no dia de votar, a pessoa (nesse caso “a pessoa” refere-se aos eleitores, uso de termos genéricos) tem que saber em <u>quem</u> (pronome relativo com inferência de candidato) está votando, (elipse do termo “a pessoa”) tem que saber como foi o passado do candidato no passado e se <u>ele</u> (pronome pessoal = candidato, ao economizar a utilização do pronome pessoal no período anterior, o autor fica livre para apresentar, agora, o que representa mais uma feliz utilização dos recursos de referenciação, no que diz respeito às anáforas nominais) fez as coisas (refere-se a tudo o que o candidato prometeu) <u>que</u> (o pronome relativo foi uma escolha feliz, porque, assim, evitou repetições desnecessárias e cresceu com o texto) prometeu antes de ser eleito, porque a gente está falando de coisa séria (refere-se às eleições). <i>O candidato</i>, quando (fica implícito o uso do pronome “ele”, que se remete a “o candidato”, tratado aqui como elipse que, apesar de a gramática trazer como zeugma, no que diz respeito à referenciação, a nomenclatura se adequa apenas a esse tipo de fenômeno) ganhar, vai passar quatro anos no poder, e quatro anos é muito tempo. <u>Ele</u> (pronome pessoal, retoma o candidato) vai decidir se <u>você</u> (pronome de tratamento mais utilizado na linguagem oral, que faz referência a eleitor, que, por sua vez, está subentendido no texto) vai ter um bom atendimento <i>nos hospitais</i>, quando você (dêitico, “o eleitor”) chegar <u>lá</u> (advérbio pronominal, refere-se aos hospitais) bem doente, se você vai ser atendido logo com urgência, ou mesmo quando for pra marcar uma ficha em um posto de saúde, se vai ser logo marcado ou, vai demorar três meses pra ser marcado, pra depois você ver qual é a doença <u>que</u> (pronome relativo, retoma doença) você está. (elipse do termo “o candidato”) Vai decidir se você vai pagar mais impostos mais altos, se vai ter ruas pavimentadas para ter menos acidentes, se as praças vão estar reformadas e limpas. Reformar as escolas, <u>que</u> (pronome relativo retoma escolas) estão precisando muito, ter professor nas aulas certo, ter lanche para os alunos, e etc... Uma coisa (já não se refere às eleições e, sim, ao que o autor do texto pensa) eu tenho certeza: não venda o seu voto (nota-se nesse parágrafo a repetição excessiva do substantivo “voto”, mudando apenas o seu determinante), não vá pelas outras pessoas, só porque falam: “há é só um voto (repetição total), não faz nenhuma diferença”. Faz sim, e muita diferença, o seu voto (repetição total) vai decidir se a nossa cidade vai pra frente ou pra trás. Quando eu fizer 16 anos, eu vou começar a votar e, uma coisa (remete à ideia que virá em um termo) eu vou fazer: nunca vender o meu voto (repetição total) por 30 reais. O que é trinta reais hoje em dia? Não é nada! Em um dia acaba, mas será que 4 anos acabam assim? Acho que antes de você pensar em vender o seu voto (repetição total) pare e pense: “será que <u>eu</u> (não se remete ao

⁴ As observações sobre o texto estão expostas em vermelho.

autor, mas ao leitor do texto, no caso o eleitor) estou fazendo o certo?”, porque 4 anos demoram muito. Saiba dizer não.

Quadro 2: Texto de aluno do 8º ano do Ensino Fundamental (anáforas nominais)

Os problemas da Educação brasileira

Hoje em dia a educação brasileira não é tão valorizada como antigamente, **professores** (observe o uso excessivo desse vocábulo no decorrer do texto) com **salários muito baixos**, **escolas** destruídas, **alunos** com dificuldade muito grande de aprender, às vezes tem **professores** que prefere se demitir do que trabalhar por um salário tão pouco. (os termos sublinhados “professores”, “salários muito baixos”, “escolas” e “alunos”, referem-se à educação brasileira – anáfora associativa)

Hoje também se vê muito é a falta de capacidade de muitos **professores**, com a falta de **professores** o governo coloca **professores** na sala de aula sem capacidade e isso acaba prejudicando mais a educação ao nosso país. Precisamos de mais escolas qualificadas, de **professores** qualificados que possam ajudar a melhorar a **educação** porque **sem educação** (o aluno deveria ter utilizado algum tipo de referência para evitar a repetição do termo “educação”) qualificada não podemos ter um país melhor.

Quadro 3: Texto de aluno do 8º ano do Ensino Fundamental (anáforas Pronominais).

Bruzundangas

Republica dos Estados Unidos da Bruzundanga é um país fictício, parecido com o Brasil no passado e nos dias de hoje. Ele (pronome pessoal que retoma a República dos Estados Unidos da Bruzundanga) é um lugar onde suas preferências de privilégios são para os poucos para propinas, saúde, educação, voto etc.

Na Bruzundanga tudo é bem “adoido”, logo os heróis são senhores que (pronome relativo que retoma senhores) quase não salvam nada; o presidente e o Ministro são chamados de Mandachuva e as eleições são completamente desorganizadas, pois o voto é aberto para quem (pronome relativo que permite inferir-se como os eleitores) pode e se não votar em quem (pronome relativo; como no texto anterior, a inferência feita nesse termo é de que se trata do candidato) as pessoas querem elas (as pessoas que se candidatam) batem. A nobreza da Bruzundanga é igual a todos os países da época e dividida em nobreza doutorial e outra a que (pronome relativo que retoma parcialmente nobreza (doutorial)) os chamam de piedade. A riqueza do país é baseada no café, mas em vez de ser o café barato, no país é muito caro, só compra quem (pronome relativo que retoma, por inferência, pessoas) tem muito dinheiro. Uma coisa muito importante é se você ficar doente, pois se ficar pagará uma consulta muito cara, pois só tem um doutor e ele (pronome pessoal que retoma doutor) tem fama de milagreiro. Sua Força Armada é muito despreparada e a cada 1 ano troca de farda e o ensino do Bruzundanga é bonzinho mas só que os matérias principais são aritmética e geografia e para que fosse formado era necessário ser filho de algum nobre ou políticos, pois se você não fosse não poderia gritar.

Mas era um lugar ruim pra viver, logo os que (associativa com habitantes) tinham dinheiros viajavam para os países europeus saindo de lá rico e chegando metidos, espertos e cheios de saudade, portanto, muitos anos para volta ricos. E os pobres tinham que pedir emprego aos ricos e eles (pronome pessoal com manutenção referencial, os ricos) não davam, pois queriam pessoas capacitadas.

Quadro 4: Texto de aluno do 3º ano do Ensino Médio (anáforas nominais).

A lei seca e o livre arbítrio dos brasileiros

Lei seca, ela foi criada há pouco tempo e já vem mudando de forma extraordinária a vida dos brasileiros, mas já era de esperar mesmo essa reação por **parte das pessoas** (refere-se aos brasileiros), pois o Brasil é um país cheio de contradições.

Pra uns (uma parte dos brasileiros), a lei ("lei seca") é uma ameaça ao livre arbítrio, porque o homem é quem escolhe o que é melhor para ele. Até aí tudo bem, só que quando um indivíduo opta por beber e dirigir, ele não está somente se afetando com aquela escolha, mas também afeta todos os que estão ao redor dele, tanto dentro do carro **desse condutor** (uso de termos genéricos: homem, indivíduo, condutor) como nos outros veículos que circulam pela estrada, e isso não é nada bom. O Brasil é um país onde há muita liberdade, mas será que não é liberdade demais?

Para outros (outra parte dos brasileiros), a lei é a certeza de que agora em diante as estradas serão mais seguras, e já estão sendo! Pesquisas e números de estatística da polícia rodoviária apontam que **caíram de forma impressionante a quantidade de acidentes em todas as estradas do país**, e tudo isso depois da criação da lei. Com esses resultados (refere-se à diminuição do número de acidentes), fica evidente que bebida, em companhia do volante, é um perigo para todos.

Pode-se concluir que, **isso** é uma questão complicada, pois os fundamentos em que se baseiam essa **nova lei** mostram que só o tempo é que poderá diminuir as contradições entre as pessoas, e assim os brasileiros (termos genéricos: pessoas, brasileiros) verão se ela é boa ou é ruim.

Quadro 5: Texto de aluno do 3º ano do Ensino Médio (anáforas Pronominais).

Educação especial: a escola está preparada?

Nossas (ocorre aqui, a utilização de um pronome possessivo que faz referência ao grupo de alunos, no qual o autor se inclui) escolas são obrigadas por lei a receberem alunos com dificuldades acadêmicas, mas ao perceberem que são pessoas especiais, perguntam-se: O que fazer? Como devo agir?

Todas estas (o pronome demonstrativo remete-se a "o que fazer?" e "como devo agir?") perguntas surgem por nossos profissionais da educação não estarem preparados para lidar com um aluno com síndrome de Down, por exemplo. E por que a lei obriga nossas instituições a receberem pessoas especiais?

A primeira falha está em nossos governantes, os quais impõem uma lei, sem todo um sistema estar preparado para recebê-la (pronome oblíquo; refere-se a "alunos com dificuldades" e "pessoas especiais"; o pronome, nesse caso, deveria estar flexionado, além do gênero, no plural, já que o nome mais próximo que ele se remete está flexionado desta forma, porém não é o que acontece, o que demonstra certa deficiência no aluno, no que diz respeito à utilização de referentes). Pois é praticamente impossível um professor com uma turma de mais ou menos 50 a 60 alunos, dar uma atenção maior ou ter um acompanhamento diário com uma única pessoa, a qual necessita desta atenção.

Porém, o problema não está só aí, nós vemos muitos pais jogando a dificuldade de seu filho unicamente para a escola resolver ou vice-versa e esta criança sofrendo com isto (é possível perceber aqui um encapsulamento: retomada de um conteúdo através, principalmente, de um demonstrativo), pois nem na escola e muito menos em casa encontram pessoas as quais a (é o primeiro pronome que aparece aí e que funciona como relativo de "pessoas"; o "a" é um objeto direto e pronome oblíquo, que está remetendo a "criança") compreendam, justamente porque as mesmas (o que se enquadraria melhor aqui seria o pronome pessoal do caso reto – elas – mas, mesmo com essa utilização, o referencial aí continua sendo de função correferencial) não estão preparadas para tal (advérbio, com função pronominal demonstrativa) desafio.

Portanto, precisamos que os nossos professores comecem a receber a devida qualificação para lidar com tal problema, que nossos governantes parem de preocupar-se com quantidade e sim com qualidade, porque só assim (também um caso de advérbio com função pronominal)

poderemos ter uma escola mais digna e profissionais mais preparados e por consequência uma educação de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados acima conseguem ilustrar o emprego feito pelos alunos, em maior quantidade, das anáforas por repetição (correferenciação), indiscriminadamente, em todas as séries de ensino. Os textos apresentam-se, em grande parte, circulares sem progressão textual evidente, com uma forte marca de oralidade na escrita. Em termos provisórios, estes resultados vêm confirmar que em termos gramaticais e linguísticos não tem havido uma prática pedagógica consistente, programada e sistematizada.

O processo de refazer o texto é um meio pedagogicamente produtivo para se trabalhar em sala de aula. O professor, ao pedir para que seus alunos produzam textos pode preparar aulas em que o objetivo seja apresentar as correções feitas por ele nos conteúdos entregues pelos educandos. Após esse momento, os estudantes voltam ao que elaboraram e procuram não cometer as mesmas inadequações existentes no primeiro resultado.

É muito interessante ter contato com um material produzido pelos alunos que por outros autores. A releitura permite a identificação de pontos que passaram despercebidos.

Quando um professor entrega o material corrigido ao educando e não retoma mais nada dele, o educador permite que o aluno também não volte ao texto, de modo a não atentar para o que produziu, já que terá que voltar a atenção para um novo texto. Assim, ele continuará no mesmo nível, pois não teve oportunidade de rever o que fez e refazê-lo.

Assim como é possível trabalhar com o aluno a recategorização nominal, através de uma prática pedagógica que envolva o estudante num processo onde ele possa usar a oralidade, também é possível utilizar os pronomes, nessa mesma perspectiva, pois na construção discursiva do aluno, o professor pode intervir de modo a propor uma maior utilização de pronomes. Como em um jogo, onde o aluno teria que se esforçar para empregar, na sua fala, o maior número de pronomes que conseguir. Assim, o educador teria maior facilidade de absorver o aparato linguístico do aluno e apresentar a ele, dentro do seu discurso, as várias possibilidades que podem aparecer

em relação aos pronomes. Com isso, não estaria trabalhando apenas as questões gramaticais, típicas do conteúdo na disciplina de língua portuguesa, mas também a língua falada, dentro da perspectiva normativa, seguindo, assim, a proposta dos PCN, que trazem a oralidade como uma das habilidades a serem trabalhadas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso.** In: *A estética da criação verbal*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. Gêneros do discurso na escola.** São Paulo: Cortez, 2000.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual.** 12. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore G. V. A coesão textual.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore G. V. As tramas do texto.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KOCH, Ingedore G. V. Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, Ingedore V. (org.). Gramática do Português Falado.** 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2002.
- KOCH, Ingedore. G. V e ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender: os sentidos do texto.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, Ingedore. G. V. Referenciação.** In ---. *Introdução à linguística textual*. S. Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras.** In: Koch, I. G. V.; Morato, E. M.; Bentes, A. C. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação.** In: CAVALCANTE. M.; RODRIGUES B. B.; CIULLA A. (orgs.) *Referenciação*. S. Paulo: Contexto, 2003.
- REDE PITÁGORAS, Parâmetros Curriculares Nacionais.** Disponível em <<http://www2.redepitagoras.com.br/main.asp?TeamID=%7B26FB5E44-C3D8-41BD-A4A6-9C38ED1977FC%7D>> Acesso em 28 setembro de 2008.
- TAVARES, Diana Paula Farias. Recategorizações lexicais em editoriais de jornal e revista.** Trabalho apresentado no VI CBLA, em Belo Horizonte, 2001.